



MUNICÍPIO DE BOM JESUS
Estado de Goiás
CPL - Comissão Permanente de Licitação
Praça Sebastião Antônio de Oliveira, n° 33 - Centro
CEP. 75.570-000 - Fone: (64) 3608-8903
Site: www.bomjesus.go.gov.br

EDITAL MUNICIPIO DE BOM JESUS - GO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2017



EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2017

MODALIDADE:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017 (EXCLUSIVO PARA ME E EPP, NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 alterada pela Lei 147/2014).
DATA DE ABERTURA	24 de novembro de 2017
HORÁRIO	08h30min
OBJETO	Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO, na forma e nos termos do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 037/2017, das Leis Federais nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e 8.666, de 04 de julho de 1993, Lei Complementar nº. 123/2006, além das demais normas aplicáveis à espécie.
TIPO	MENOR PREÇO POR ITEM
LOCAL	Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, situada na Praça Sebastião Antônio de Oliveira, nº 33 – Centro, Bom Jesus-Goiás.
FONE	(064) 3608-8903
PROCESSO Nº.	2017018037



AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE BOM JESUS - GO
EDITAL DE PREGÃO Nº 037/2017

O **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Goiás, torna público para conhecimento de interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, no dia **24 de novembro de 2017, às 08h30min**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Bom Jesus - GO, situada na Praça Sebastião Antônio de Oliveira nº 33, Centro, visando à **Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO**, de acordo com as normas das Leis Federais nº 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, além das especificações do anexo I do Edital Normativo.

O presente Edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente e no site www.bomjesus.go.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (64) 3608-8903.

Bom Jesus-GO, 9 de novembro de 2017.

ELI ALVES
Pregoeiro

DANILLO MIGUEL SILVA
Gestor Público



O MUNICÍPIO DE BOM JESUS, Estado de Goiás, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, **DESTINADO À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, que será regido pela Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar n° 123/2006 e, subsidiariamente, pelas disposições contidas na Lei Federal n° 8.666, de 04 de julho de 1993, além das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e pelas regras deste Edital, objetivando a **Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO**, de acordo com os quantitativos e especificações constantes do Termo de Referência do anexo I do presente Edital. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada na sala de reuniões da Prefeitura, localizada à Praça Sebastião Antônio de Oliveira, n° 33, Centro, Bom Jesus – GO, iniciando-se às **08h30min do dia 24 de novembro de 2017** e será conduzida, pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio.

I - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO**, de acordo com os quantitativos e especificações constantes do Termo de Referência do anexo I, que faz parte integrante deste Edital.

II - DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1.** Poderão participar deste Pregão Presencial as empresas:
- do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas;
 - que atendam às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
 - que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte (vide exceção prevista no item 2.2.12.2).**
- 2.2. Neste certame é vedada a participação de:**
- 2.2.1.** Empresas suspensas de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 2.2.2.** empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - 2.2.3.** empresas impedidas de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus ou qualquer de seus órgãos, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 2.2.4.** empresas proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei n° 9.605/98;



- 2.2.5. empresas Proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 2.2.6. empresas enquadradas nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- 2.2.6.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 2.2.7. sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionarem no País;
- 2.2.8. empresas cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o seu objeto;
- 2.2.9. empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- 2.2.10. empresas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 2.2.11. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 2.2.12. **Que não se enquadre na condição de Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte;**
- 2.2.12.1. **A participação em licitação expressamente reservada à microempresa e à empresa de pequeno porte, por licitante que não se enquadre na definição legal dessas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando-o à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus-GO, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.**
- 2.2.12.2. **Poderão participar do presente certame, interessadas que não se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que não compareça à Sessão de julgamento das propostas ao menos 3 (três) licitantes enquadradas como tal, e aptas a participarem da disputa.**
- 2.3. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Bom Jesus não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 2.4. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.
- 2.5. Para participar deste certame, o licitante deve se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, devendo declarar-se como tal, apresentando certidão simplificada que ateste o enquadramento, expedida **pela Junta Comercial** ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, **com data de expedição ou revalidação dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data da realização da licitação. Caso a**



certidão/documento não consigne prazo de validade, serão considerados 60 (sessenta) dias.

III – DO CREDENCIAMENTO

3.1- Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.1.1 tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2 tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do outorgante para a pessoa outorga.

3.1.3 **certidão que ateste o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, expedido pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, com data de expedição ou revalidação dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de realização do certame.**

3.2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

3.3 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

3.4 - O representante legal da licitante que não se credenciar perante o pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes: nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS ou Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO relativos a este Pregão.

3.4.1 - Na ocorrência do item 3.4, o preço apresentado no envelope “PROPOSTA DE PREÇOS”, será considerado como valor final (última oferta) da licitante.

3.5 - A ausência do representante da licitante, em qualquer momento da sessão, sem anuência do Pregoeiro, será considerada como ausência de lances gerando a preclusão do recurso.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES

4.1 – Declaração de atendimento aos Requisitos de Habilitação, da Proposta e dos Documentos de Habilitação.

a) A declaração de atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no anexo IV do Edital deverá ser apresentada **fora** dos envelopes n. 1 e 2.

4.2 – Declaração da Condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP

a) A declaração da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada **fora** dos envelopes 1 e 2 (assim como a certidão que comprova esta condição, disposta na letra “c”, do item 3.1), e ser assinada pelo representante legal da



empresa. Nesta declaração deverá ainda restar consignado que a empresa não incorre nas restrições estabelecidas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar n° 123/06.

V - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1 - Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação àquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias.

5.1.1 O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar n° 123/06, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com o a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos.

5.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço.

5.3 - Para efeito do disposto no art. 44 da LC 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.3.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, devendo tal proposta ser registrada, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

5.3.2 Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do Art. 45, da LC 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.3.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do Art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá usar do direito de preferência.

5.3.4 O direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte será instaurado após o encerramento da etapa de lances e antes da fase de negociação.

5.3.5 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do Art. 44 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.3.6 O disposto no Art. 44 da LC 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.4 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do art. 43 da Lei Complementar n. 123/2006.

5.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o



proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, cuja comprovação será exigida somente para efeito da assinatura do contrato ou instrumentos que o substitua.

5.4.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 2º do Art. 43, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 04 de julho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

VI – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO ACERCA DO EDITAL

6.1 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão Presencial.

6.2 - A petição será dirigida ao Gestor Público do MUNICÍPIO DE BOM JESUS, que decidirá no prazo de até 24 horas;

6.3 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

VII - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

7.1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados separadamente, em 2 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Nome da empresa:

Envelope nº 1 – Proposta.

Pregão Presencial nº 037/2017.

Processo nº 2017018037

Objeto: Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO.

Nome da empresa:

Envelope nº 2 – Habilitação.

Pregão Presencial nº 037/2017

Processo nº 2017018037

Objeto: Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO.



7.2- A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

7.3 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

VIII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”

8.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

8.1.1 nome, endereço, CNPJ e inscrição Estadual / Municipal;

8.1.2 número do processo relativo ao certame;

8.1.3 descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do anexo I deste edital.

8.1.4 preço unitário do item e total da proposta, numérico e por extenso, em moeda corrente, nele inclusos todos os impostos, taxas, seguros, transporte, instalação e quaisquer outras despesas, inclusive com a entrega;

8.1.5 prazo de validade da proposta de no mínimo **60 dias**, contados do dia da abertura da sessão pública;

8.1.6 A proposta juntamente com o credenciamento deverá, obrigatoriamente, ser editada em meio magnético através de utilização de planilha eletrônica Excel, disponibilizada juntamente com o edital, gravada em CD-ROM ou Pen-drive, devidamente identificados com o nome do Proponente e o número do certame.

8.1.7 Os arquivos mencionados no item “8.1.6” não poderão ser usados para a impressão da proposta comercial da licitante.

IX - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

9.1 - O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

9.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1.1 Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

9.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

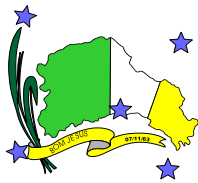
9.1.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;

9.1.1.4 Ato constitutivo, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

9.1.1.4.1 - Os documentos relacionados nos itens anteriores, não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

9.1.2- REGULARIDADE FISCAL

9.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).



9.1.2.2 Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Federal (relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, incluindo previdência), Estadual e Municipal da sede ou do domicílio da licitante.

9.1.2.3 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.1.2.4 Certidão Negativa de Débito Trabalhista (TST).

9.1.2.5. Em cumprimento ao Artigo 43, § 1º da LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.1.2.6. O tratamento favorecido previsto no item anterior somente será concedido se as licitantes apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

9.1.2.7. O motivo da irregularidade fiscal pendente será registrado pelo Pregoeiro em ata, com a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

9.1.2.8. A não regularização da documentação no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666, de 04 de julho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.1.2.9. Na hipótese da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada e posteriormente eliminada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.

9.1.3- OUTRAS COMPROVAÇÕES

9.1.3.1 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (anexo II);

9.1.3.2 Declaração de que inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública (anexo III).

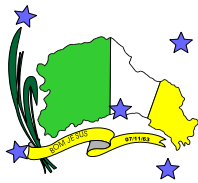
9.1.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa licitante já forneceu ou vem fornecendo, já prestou ou vem prestando com eficiência e sem nenhum problema produtos e serviços com as mesmas características do objeto desta licitação.

9.1.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.1.5.1 Certidão de falência ou concordata, expedida pelo Poder Judiciário com jurisdição sobre a comarca na qual está localizada a sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 60 dias corridos.

9.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO



9.2.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas aquelas expedidas até 60 dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9.2.2 Se a documentação de habilitação não atender às exigências deste Edital, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, estando este sujeito às penalidades cabíveis (veja itens 16.7 e 16.8).

X - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

10.1 - No horário e local indicado no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de quinze (15) minutos, sendo que todas as fases do procedimento serão realizadas mediante sistema eletrônico de gerenciamento adotado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e projetado em tela ampla através de “data show”, para acompanhamento de todos os presentes;

10.2 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV o Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

10.2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

10.3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro será feita por menor preço e sequencialmente, e visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

10.3.1 cujo objeto da proposta não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

10.3.2 que apresentem preços baseados exclusivamente em proposta dos demais licitantes.

10.4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

10.4.1 Seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM** e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

10.4.2 Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas para formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

10.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.



10.6 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

10.7 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço.

10.8 - Após a negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.9 - O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar das licitantes a composição de preços unitários dos materiais, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

10.10 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do licitante que a formulou.

10.11 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até o momento da decisão acerca da habilitação, inclusive mediante:

10.11.1 substituição e apresentação de documentos, desde que não vedado por lei.

10.11.2 verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

10.12 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.13 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

10.14 - Na hipótese de existência de restrições na regularidade fiscal, será adotada prerrogativa prevista no item 9.1.2.5.

10.15 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos em lei e neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame (ou do item, conforme o caso).

10.16 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso de concordância, verificará as condições de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável, cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

XI – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

11.1 - A(s) contratada(s) fica(m) obrigada(s) a aceitar (em) nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% do contrato original, mediante justificativa.



11.2 - Os acréscimos não previstos no orçamento estimativo da PREFEITURA serão efetuados através de Termo Aditivo, e o seu preço unitário será elaborado de comum acordo entre as partes envolvidas no contrato.

XII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

12.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente (GESTOR PÚBLICO).

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

12.5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 - A adjudicação será feita segundo o menor preço por item.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

13.1 - As condições contratuais constam da minuta de contrato, **Anexo VI** deste Edital.

13.2 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o MUNICÍPIO DE BOM JESUS emitirá a **nota de empenho** e firmará o contrato específico com o **PROPONENTE VENCEDOR**, visando à execução do objeto desta licitação, nos termos da minuta que integra este Edital.

13.3 - A assinatura do contrato estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo **PROPONENTE VENCEDOR**, na data da assinatura.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 - As despesas oriundas da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Manutenção Transp. Escolar - Consumo
10.1019.12.361.0407.2072.20170210.3.3.90.30
Manutenção Transp. Escolar – Prestação de Serviços
10.1019.12.361.0407.2072.20170213.3.3.90.39

XV - DA RESCISÃO



15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequenciais contratuais e as previstas em lei.

15.2 – Constitui motivo para rescisão do contrato:

15.2.1 O não cumprimento das cláusulas contratuais e especificações;

15.2.2 O cumprimento irregular das cláusulas contratuais e especificações;

15.2.3 O atraso injustificado da entrega do objeto;

15.2.4 A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

15.2.5 A dissolução da sociedade;

15.2.6 Alteração social ou modificação da finalidade, ou da estrutura da empresa que prejudica a execução do contrato.

15.3 – A rescisão do contrato poderá ser de acordo com o artigo 78 e 79 da Lei 8666/93 e 8883/94:

15.3.1 Determinada por ato unilateral ou por escrito da administração, nos casos enumerados em lei;

15.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a administração;

15.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

15.4 – A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, devendo ser assinadas pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

16.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

16.3 - Todas as propostas, bem como os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

16.4 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

16.5 - Integram o presente edital:

Anexo I – Termo de Referência do objeto e suas especificações;

Anexo II - Declaração conforme o disposto no inciso XXXIII do 7º da CF/88;

Anexo III – Declaração de não Impedimento;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Atendimento à Habilitação;

Anexo V – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para fins de participação no certame;

Anexo VI – Minuta do contrato;

Anexo VII – Modelo de proposta de preços



Anexo VIII – Modelo Procuração para Credenciamento.

Anexo IX - Planilhas credenciamento e proposta.

16.6 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Bom Jesus - GO.

16.7 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme dispõe o artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93;

16.8 - Não serão desclassificadas propostas em razão de meras formalidades;¹

16.9 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação

16.10 – Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

16.11 – As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás, em jornal de grande circulação no Estado de Goiás, pelo e-mail licitação@bomjesus.go.gov.br, ou no placar de divulgação dos atos do Poder Executivo, instalado na sede da Prefeitura;

16.12 – A participação do proponente nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital.

Comissão de Licitações do Município de Bom Jesus - GO, 10 de novembro de 2017.

ELI ALVES
PREGOEIRO

DANILLO MIGUEL SILVA
GESTOR PÚBLICO

¹ Princípio do formalismo moderado: TCU - 357/2015-TCU-Plenário. / STF - RMS nº 23.714/DF, 1ª Turma.



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL 037/2017
PROCESSO nº 2017018037

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO, conforme descrição abaixo:

ITEM	NOME DO PRODUTO	QTDE	MEDIDA
1	AGULHA 7D/1D 125 (DISTANCIA) TCO 1318	1	UNIDADE
2	AGULHA 7D/1D 125 (TEMPO) TCO 1318	2	UNIDADE
3	CONJUNTO LAMINA 7D TCO 1318	1	CONJUNTO
4	KITE LACRE TCO	7	UNIDADE
5	RELOGIO 7D/1D TCO 1318	1	UNIDADE
6	SUPORTE PARA TACOGRAFO	1	UNIDADE
7	SENSOR GERADOR UNIVERSAL HALL 8 IMPULSOS 04 FIOS ROSCA M22-(AS)	1	UNIDADE
8	PAINEL COMPLETO	3	UNIDADE
9	CHICOTE COMPLETO 5M -PINO CHATO-1318	2	UNIDADE
10	CONJUNTO DISPLAY 24 AMBAR MTCO 1390	2	CONJUNTO
11	DUPLICADOR E AMPLIFICADOR DE SINAL	1	UNIDADE
12	PINHÃO VELOCIMETRO	1	PEÇA
13	SENSOR HALL 4 PINO M22 1318	2	UNIDADE
14	AGULHA DA DISTANCIA E TEMPO 7D 125/180 KM MTCO 1390	3	UNIDADE
15	LAMPADA 24V C/ SOQUETE	11	UNIDADE
16	CONJUNTO SISTEMA DE VELOCIDADE 125 KM/H 12V TCO 1318	3	CONJUNTO
17	EIXO DE TRANSIÇÃO MTCO 1390	1	UNIDADE
18	FLAT CABLE 16 VIAS TCO 1318	2	UNIDADE
19	SENSOR INDUTIVO HASTE 25MM (PINO REDONDO)	2	UNIDADE
20	GAVETA 7D/1D COMPLETA MTCO 1390	4	UNIDADE
21	MOTOR DO HODOMETRO 12V/24V TCO 1318	2	UNIDADE
22	CIRCUITO DA TAMPA 16 VIAS TCO 1318	3	UNIDADE
23	SENSOR INDUTIVO - 4 TERMINAIS CHATOS HASTE 25MM FORD E MB 712- TCO	3	UNIDADE
24	LAMPADA 12V C/ SOQUETE	2	UNIDADE
25	MOTOR DE PASSO MFS (V,T E KM) TCO 1390 MTCO	2	UNIDADE



26	SOLDAR CHAVETA PINHÃO	2	SERVIÇO
27	MANUTENÇÃO E REVISÃO GERAL EM TACOGRAFO	8	SERVIÇO
28	RECUPERAÇÃO MOTOR VELOCIDADE TCO 1318	2	SERVIÇO

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO POR VEÍCULO

FROTA 49 PLACA GVJ 9202		
AGULHA 7D/1D-125 (DISTANCIA) TCO 1318	UND	1
CONJUNTO DE LAMINA 7D-TCO 1318	UND	1
KIT LACRE TCO	KIT	2
RELOGIO 7D/1D-TCO 1318	UND	1
SUPORTE PARA TACOGRAFO (para instalação)	UND	1
SENSOR GERADOR UNIVERSAL HALL 8 IMPULSOS 04 FIOS ROSCA M22 (AS)	UND	1
PAINEL COMPLETO	UND	1
FROTA 52 PLACA KCX 0310		
CHICOTE COMPLETO 5M-PINO CHATO-1318	UND	1
CONJUNTO DE LAMINA 7D-TCO 1318	UND	1
KIT LACRE TCO	KIT	2
RELOGIO 7D/1D-TCO 1318	UND	1
SENSOR GERADOR UNIVERSAL HALL 8 IMPULSOS 04 FIOS ROSCA M22 (AS)	UND	1
TACOGRAFO ELETRONICO 1318 SEMANAL (7D) 12V SEM REDUZIDA	UND	1
FROTA 54 PLACA GVJ 6129		
AGULHA 7D/1D-125 (DISTANCIA) TCO 1318	UND	1
CHICOTE COMPLETO 5M-PINO CHATO-1318	UND	1
CONJUNTO DISPLAY 24 V AMBAR MTCO 1390	CJ	1
KIT LACRE TCO	KIT	2
PLACA DE VELOCIDADE 12V/24V-SEM REDUZIDA /C/ REDUZIDA - 1318	UND	1
RELOGIO 7D/1D-TCO 1318	UND	1
SENSOR GERADOR UNIVERSAL HALL 8 IMPULSOS 04 FIOS ROSCA M22 (AS)	UND	1
FROTA 93 PLACA BXF 1703		
AGULHA 7D/1D-125 (TEMPO) TCO 1318	UND	1
CHICOTE COMPLETO 5M-PINO CHATO-1318	UND	1
CONJUNTO DISPLAY 24 V AMBAR MTCO 1390	CJ	1
DUPLICADOR E AMPLIFICADOR DE SINAL	UND	1
KIT LACRE TCO	KIT	2



PINHÃO VELOCIMETRO	UND	1
SENSOR HALL 4 PINOS M22 - 1318	UND	1
FROTA 100 PLACA KRE 3756		
CHICOTE COMPLETO 5M-PINO CHATO-1318	UND	1
CONJUNTO DISPLAY 24 V AMBAR MTCO 1390	CJ	1
KIT LACRE TCO	KIT	2
LAMPADA 24V C/ SOQUETE	UND	2
PAINEL COMPLETO	UND	1
SENSOR HALL 4 PINOS M22 - 1318	UND	1
FROTA 103 PLACA LNV 8737		
AGULHA 7D/1D-125 (TEMPO) TCO 1318	UND	1
CONJUNTO SISTEMA DE VELOCIDADE 125 KM/H 12/24 V - TCO 1318	CJ	1
EIXO DE TRANSIÇÃO MTCO 1390	UND	1
FLAT CABLE 16 VIAS TCO 1318	UND	1
KIT LACRE TCO	KIT	1
LAMPADA 24V C/ SOQUETE	UND	3
PAINEL COMPLETO	UND	1
SENSOR INDUTIVO HAST 25MM (PINO REDONDO)	UND	1
FROTA 112 PLACA LOP 0319		
AGULHA DA DISTANCIA E TEMPO 7D 125/180 KM MTCO 1390	UND	1
CONJUNTO SISTEMA DE VELOCIDADE 125 KM/H 12/24 V - TCO 1318	CJ	1
GAVETA 7D/1D COMPLETA MTCO 1390	UND	1
LAMPADA 24V C/ SOQUETE	UND	3
MOTOR DO HODOMETRO 12V/24V - TCO 1318	UND	1
SENSOR INDUTIVO HAST 25MM (PINO REDONDO)	UND	1
FROTA 138 PLACA HDI 5035		
AGULHA DA DISTANCIA E TEMPO 7D 125/180 KM MTCO 1390	UND	1
CIRCUITO DA TAMPA 16 - TCO 1318	UND	1
CONJUNTO SISTEMA DE VELOCIDADE 125 KM/H 12/24 V - TCO 1318	CJ	1
FLAT CABLE 16 VIAS TCO 1318	UND	1
GAVETA 7D/1D COMPLETA MTCO 1390	UND	1
LAMPADA 24V C/ SOQUETE	UND	3
MOTOR DO HODOMETRO 12V/24V - TCO 1318	UND	1
SENSOR INDUTIVO-4 TERMINAIS CHATOS HASTE 25MM FORD E MB 712- TCO	UND	1
FROTA 139 PLACA NBP 4586		
AGULHA DA DISTANCIA E TEMPO 7D 125/180 KM MTCO 1390	UND	1



CIRCUITO DA TAMPA 16 - TCO 1318	UND	1
GAVETA 7D/1D COMPLETA MTCO 1390	UND	1
LAMPADA 12V C/ SOQUETE	UND	1
MOTOR DE PASSO MFS (V,T E KM)-MTCO 1390	UND	1
SENSOR INDUTIVO-4 TERMINAIS CHATOS HASTE 25MM FORD E MB 712- TCO	UND	1
FROTA 140 PLACA JXV 5713		
CIRCUITO DA TAMPA 16 - TCO 1318	UND	1
GAVETA 7D/1D COMPLETA MTCO 1390	UND	1
LAMPADA 12V C/ SOQUETE	UND	1
MOTOR DE PASSO MFS (V,T E KM)-MTCO 1390	UND	1
SENSOR INDUTIVO-4 TERMINAIS CHATOS HASTE 25MM FORD E MB 712- TCO	UND	1
ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS		
FROTA 49 PLACA GVJ 9202		
MANUTENÇÃO E REVISÃO GERAL TACOGRAFOS	SERVIÇO	2
RECUPERAÇÃO MOTOR VELOCIDADE -TCO 1318	SERVIÇO	1
FROTA 52 PLACA KCX 0310		
MANUTENÇÃO E REVISÃO GERAL TACOGRAFOS	SERVIÇO	2
FROTA 54 PLACA GVJ 6129		
CALIBRAÇÃO DE TACOGRAFOS	SERVIÇO	1
MANUTENÇÃO E REVISÃO GERAL TACOGRAFOS	SERVIÇO	2
FROTA 93 PLACA BXF 1703		
MANUTENÇÃO E REVISÃO GERAL TACOGRAFOS	SERVIÇO	2
SOLDAR CHAVETA PINHÃO	SERVIÇO	1
FROTA 100 PLACA KRE 3756		
MANUTENÇÃO E REVISÃO GERAL TACOGRAFOS	SERVIÇO	2
FROTA 103 PLACA LNV 8737		
RECUPERAÇÃO MOTOR VELOCIDADE -TCO 1318	SERVIÇO	1
FROTA 112 PLACA LOP 0319		
SOLDAR CHAVETA PINHÃO	SERVIÇO	1
MANUTENÇÃO E REVISÃO GERAL TACOGRAFOS	SERVIÇO	2

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Justifica-se a necessidade desta contratação, o tacógrafo ser um equipamento obrigatório, cuja exigência e fiscalização serem disciplinadas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), no qual estabelecem a sua obrigatoriedade no artigo 105, II, do CTB, e também através das Resoluções nº 14/1998, 87/1999 e 92/1999, em anexo.

Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo CONTRAN:

II - para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de dez lugares e os de carga com peso bruto total superior a



quatro mil, quinhentos e trinta e seis quilogramas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

Art. 1º. Para circular em vias públicas, os veículos deverão estar dotados dos equipamentos obrigatórios relacionados abaixo, a serem constados pela fiscalização e em condições de funcionamento:

21) registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, nos veículos de transporte e condução de escolares, nos de transporte de passageiros com mais de dez lugares e nos de carga com capacidade máxima de tração superior a 19t;

A finalidade deste objeto visa facilitar o controle, fiscalização, acompanhamento e monitoramento das distâncias percorridas, bem como da velocidade desenvolvida pelos condutores da frota de veículos municipal, visando diminuir riscos, apurar responsabilidades em casos de acidentes e reduzir despesas.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 A contratação dos produtos e serviços, em referência, enquadram-se na classificação de bens comuns, com amparo nas Leis Federais nº 10.520/2002, 8.666/93 (subsidiariamente), Lei Complementar nº 123/06 e nas demais normas pertinentes à espécie

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1 Os produtos e serviços deverão ser fornecidos em estrita observância a este Termo de Referência, e de acordo com a autorização de compras expedida pela Prefeitura;

4.2 A entrega dos produtos e serviços deverá efetivar-se no Centro de Serviços da Prefeitura Municipal de Bom Jesus-GO, localizado na Av. Carolina Alves da Cunha, nº 526, Bairro Olímpia, Bom Jesus – GO;

4.3 Fica fixado o prazo máximo de 02 (dois) dias para entrega dos produtos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1 O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 21.377,87 (vinte e um mil trezentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos).

5.2 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 Para fornecimento dos produtos e serviços registrados neste Pregão será celebrado o Contrato e/ou Nota de Empenho e ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração.

6.2 A administração poderá ordenar a remoção e/ou substituição de qualquer produto que estiver em desacordo com o Edital;

6.3 Os produtos de que trata o presente Edital serão recebidos:

6.3.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

6.3.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade, e a consequente aceitação.

6.4 Ocorrendo rejeição dos produtos por não se enquadrarem nas especificações estipuladas, ou por apresentarem defeitos ou danos em geral, o Contratado deverá



fornecê-los novamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data em que for comunicada a rejeição, sem ônus para o Contratante, sob pena de incorrer nas sanções cominadas em lei e neste Edital;

6.5 A Administração Pública poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso esteja em desacordo com a proposta ou com o Edital, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A contratada obriga-se a:

7.1.1 Efetuar a entrega dos produtos e serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, junto com a respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações de marca, fabricante, modelo, tipo procedência e prazo de garantia.

7.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078 de 1990;

7.1.3 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração; inerentes ao objeto da presente licitação

7.1.4 Comunicar a Administração, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data prevista para a entrega; os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

7.1.7 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A contratante obriga-se a:

8.1.1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS

9.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº9.784 de 1999, a Administração Pública poderá, sem a previa manifestação do interessado, motivadamente, adotar providencias acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO



10.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência a Administração.

10.2 A fiscalização de que se trata este item, não exclui e nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei 8.666 de 1993.

10.3 O fiscal contratado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos a autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital

12. INFORMAÇÕES AOS LICITANTES

12.1 O Edital do presente certame estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, situada na Praça Sebastião Antônio de Oliveira, n° 33, Centro, ou ainda no sítio eletrônico www.bomjesus.go.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone n° (64) 3608-8903.



ANEXO II

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n° _____, declara para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido do inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme Lei n° 9.854/99)

Local, _____ de _____ de _____.

Assinatura e Carimbo
(Representante legal)



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

PREGÃO PRESENCIAL N.037/2017.

PROCESSO: 2017018037

OBJETO: Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO.

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintes situações:

- a) Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos dois anos;
- c) Impedida de licitar, de acordo com o art. 9º da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Nos termos do art. 55, inc. XIII da Lei n. 8.666/93 e suas alterações comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e qualificação exigidas no edital.

_____, _____ de _____ de _____.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2017.

PROCESSO N° 2017018037

OBJETO: Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO.

DECLARAÇÃO

A Empresa:..... inscrito no CNPJ
N....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade
n..... e do CPF n.....DECLARA, sob as penas da lei,
que cumpre plenamente as exigências para habilitação constante do Edital acima referido.

_____, ____ de _____ de _____

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



ANEXO V

DECLARAÇÃO

Eu, _____, na qualidade de sócio proprietário da empresa _____ DECLARO, sob as penas da lei, que esta empresa enquadra-se na categoria de Microempresa – ME (ou Empresa de Pequeno Porte – EPP), na forma prevista no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, e não está incurso nos impedimentos tratados no seu § 4º podendo, assim, participar de processo licitatório se valendo desta qualidade.

Por ser a expressão da verdade firmo o presente.

Sócio Proprietário.
CPF n. _____

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO N.º xxx/xxxx

“CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1 - CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, inscrito no CGC/MF sob o n.º 01.149.624/0001-38, com sede a Praça Sebastião Antônio Oliveira, nº. 33, Centro, Bom Jesus – GO, neste ato, legalmente representado pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxx, brasileira, casada, professora, portadora do RG: xxxxxxxxxxxxxx, e CPF: xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliada na xxxxxxxxxxxxxx, nº xx, Bairro xxxxxxxx, Bom Jesus-GO.

1.2 - CONTRATADA: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx cadastrado no CNPJ sob o n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxxxx, nº xxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxx, CEP: xx.xxxx-xxx, xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo, Sr. xxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, xxxxxxxx, empresário, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxx CPF n.º: xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado a Rua xxxxxxxx, nº xxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Parágrafo Único: Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2017**, estando às partes sujeitas aos preceitos da Lei Federal nº. 10.520/2002, subsidiária a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e da Lei Complementar nº. 123/2006.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO GESTOR DO CONTRATO

2.1 – Fica nomeada a Servidor xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, para exercer a função de GESTOR dos contratos firmados pelo MUNICÍPIO de Bom Jesus- GO, a quem caberá, verificação, fiscalização e controle da execução dos mesmos, conforme portaria em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

3.1 – O objeto deste contrato é a **Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO**, nos termos e condições estabelecidas no edital e na homologação do pregão presencial nº 037/2017, e tabela abaixo:

ITEM	NOME ITEM	MARCA	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Xx	Xxxxx	Xxx	Xx	Xxx	Xxxx	zzzz

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PRAZO

4.1 – O presente contrato terá duração de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx.

4.2 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela aquisição dos itens especificados no item anterior, o valor de **R\$ xxxxxx (xx)**.

4.3 – Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação das notas fiscais.

4.4 – O presente contrato poderá ser aditado em até 25% caso haja necessidade, e também o prazo de validade.

4.5 – Os preços dos serviços serão irremovíveis durante a vigência deste contrato.



4.6 – em caso de aumento ou redução no preço dos serviços, estes serão realinhados nos mesmos percentuais, mediante documento que comprovem os aumentos ou as reduções nos preços dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – A CONTRATADA se obriga a entregar os produtos e serviços, objeto deste contrato, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, e deverá ser entregue parceladamente nas dependências da CONTRATADA.

5.2 – A CONTRATANTE se obriga a efetuar os pagamentos no prazo de 07 dias após a emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – Este instrumento contratual considerar-se-ia automaticamente rescindido por inadimplemento contratual, conforme consta no item XIV do edital normativo da presente licitação e seus incisos, obrigando-se à parte infratora ao pagamento de uma multa de 2% (dois por cento) do valor total deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA QUALIFICAÇÃO DAS DESPESAS

7.1 – Os empenhos das despesas oriundas deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Manutenção Transp. Escolar - Consumo
10.1019.12.361.0407.2072.20170210.3.3.90.30
Manutenção Transp. Escolar – Prestação de Serviços
10.1019.12.361.0407.2072.20170213.3.3.90.39

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – As partes em comum acordo e recíproco acordo elegem o foro da Comarca de Bom Jesus – GO, renunciando-se a qualquer tempo outro, por mais privilegiado que seja para dirimirem-se quaisquer dúvidas ou pendências oriundas deste contrato.

E por assim terem contratado, assinam o presente em 06(seis) vias, em presença das testemunhas abaixo e a seguir dão cumprimento as exigências e formalidades legais.

BOM JESUS – GO, xx de xxxxxxxx de xxxx.

MUNICÍPIO DE BOM JESUS

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratante

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratado

Testemunhas:

NOME: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CPF: xxx.xxx.xxx-xx

NOME: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CPF: xxx.xxx.xxx-xx



EXTRATO DO CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS-GO

CONTRATADO: _____

OBJETO: Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO.

VALOR/VCTO: R\$ _____ (_____).

Início: ____/____/____

Término: ____/____/____

PRAZO/PGTO: Pagamento, após a entrega dos produtos e serviços, mediante apresentação das notas fiscais.

Bom Jesus, Estado de Goiás, ____ de _____ de _____.

DANILLO MIGUEL SILVA
GESTOR PÚBLICO



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o **EXTRATO DO CONTRATO** para **Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO**, pelo período de ___/___/___ a ___/___/___, firmado entre o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS-GO** e a firma _____, foi publicado em local de costume.

Bom Jesus, Estado de Goiás, ___ de _____ de _____.

DANILLO MIGUEL SILVA
GESTOR PÚBLICO



ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social:

Endereço:

Bairro:

CNPJ:

Nº banco, nº agência e nº conta – (para depósito, caso vencedora - Conta Jurídica)

Cidade:

Insc. Est.:

Tel/Fax:

Cep:

Estado:

Apresentamos nossa proposta para o objeto da presente licitação, para a Prefeitura Municipal de Bom Jesus - GO, no procedimento licitatório modalidade de **Pregão Presencial nº 037/2017, Processo nº 2017018037**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo edital e seus anexos.

OBJETO: Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO, conforme segue:

ITEM	NOME DO PRODUTO	QTDE	MEDIDA	MARCA	VL. UNIT.	VL.TOTAL
1	AGULHA 7D/1D 125 (DISTANCIA) TCO 1318	1	UNIDADE			
2	AGULHA 7D/1D 125 (TEMPO) TCO 1318	2	UNIDADE			
3	CONJUNTO LAMINA 7D TCO 1318	1	CONJUNTO			
4	KITE LACRE TCO	7	UNIDADE			
5	RELOGIO 7D/1D TCO 1318	1	UNIDADE			
6	SUPORTE PARA TACOGRAFO	1	UNIDADE			
7	SENSOR GERADOR UNIVERSAL HALL 8 IMPULSOS 04 FIOS ROSCA M22-(AS)	1	UNIDADE			
8	PAINEL COMPLETO	3	UNIDADE			
9	CHICOTE COMPLETO 5M -PINO CHATO-1318	2	UNIDADE			
10	CONJUNTO DISPLAY 24 AMBAR MTCO 1390	2	CONJUNTO			
11	DUPLICADOR E AMPLIFICADOR DE SINAL	1	UNIDADE			
12	PINHÃO VELOCIMETRO	1	PEÇA			
13	SENSOR HALL 4 PINO M22 1318	2	UNIDADE			
14	AGULHA DA DISTANCIA E TEMPO 7D 125/180 KM MTCO 1390	3	UNIDADE			
15	LAMPADA 24V C/ SOQUETE	11	UNIDADE			
16	CONJUNTO SISTEMA DE VELOCIDADE 125 KM/H 12V TCO 1318	3	CONJUNTO			
17	EIXO DE TRANSIÇÃO MTCO 1390	1	UNIDADE			
18	FLAT CABLE 16 VIAS TCO 1318	2	UNIDADE			



19	SENSOR INDUTIVO HASTE 25MM (PINO REDONDO)	2	UNIDADE			
20	GAVETA 7D/1D COMPLETA MTCO 1390	4	UNIDADE			
21	MOTOR DO HODOMETRO 12V/24V TCO 1318	2	UNIDADE			
22	CIRCUITO DA TAMPA 16 VIAS TCO 1318	3	UNIDADE			
23	SENSOR INDUTIVO - 4 TERMINAIS CHATOS HASTE 25MM FORD E MB 712- TCO	3	UNIDADE			
24	LAMPADA 12V C/ SOQUETE	2	UNIDADE			
25	MOTOR DE PASSO MFS (V,T E KM) TCO 1390 MTCO	2	UNIDADE			
26	SOLDAR CHAVETA PINHÃO	2	SERVIÇO			
27	MANUTENÇÃO E REVISÃO GERAL EM TACOGRAFO	8	SERVIÇO			
28	RECUPERAÇÃO MOTOR VELOCIDADE TCO 1318	2	SERVIÇO			
VALOR TOTAL						

Preço Total por extenso:

Data da entrega da proposta: **24/11/2017**

Características do Objeto. **Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.**

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme Edital da Licitação.

- **Declaro para os devidos fins, que atendo plenamente os requisitos para habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei 10.520/02.**

Nome do Representante legal
Assinatura e carimbo da empresa



ANEXO VIII
MODELO PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2017
PROCESSO N° 2017018037

OBJETO: Contratação de empresa visando à aquisição de tacógrafo e peças, além da prestação de serviços de manutenção e aferição dos equipamentos, destinados ao reparo dos veículos da frota do Município de Bom Jesus-GO.

Ao
Município de Bom Jesus - GO

A) Outorgante: (Qualificação)

B) Outorgado: (Qualificação)

Pelo presente, instrumento público ou particular nomeio como procurador o Sr.(a) _____, natural de _____ Estado de _____, residente e domiciliado à _____ na cidade de _____, Estado de _____, portador do CPF/MF n°. _____ CI/RG n°. _____ para representar nossa empresa, em todos os atos e reuniões do Pregão **Presencial n°. 037/2017** ficando autorizado a assinar atas, rubricar propostas e documentos, apresentar impugnações e contestações, interpor recursos, receber intimações e notificações, enfim praticar todos os atos administrativos, referente a presente licitação.

Local e data

CARIMBO, NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL,
COM FIRMA DEVIDAMENTE RECONHECIDA EM CARTÓRIO



ANEXO IX

Favor preencher o arquivo abaixo relacionado de CREDENCIAMENTO / PROPOSTA, para um posterior cadastramento em nosso sistema de apuração de preços, durante a seção do pregão. Salvar o arquivo em PEN DRIVE / CD ROM e juntar (fora dos envelopes) com demais documentos exigidos no Edital.

ARQUIVOS: **produtos_para_lance.xls**